

A HORA E A VEZ DA INFORMAÇÃO? UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA PÓS-MODERNIDADE

Edna Gomes Pinheiro*

Cláudia Alencar Albuquerque**

Márcia Fernandes Sampaio**

Resumo

Aborda a informação como instrumento científico e tecnológico na pós-modernidade, especificamente no Brasil. Apresenta um relato sobre a pós-modernidade e a influência da IC&T neste contexto. Analisa os Planos Nacionais de Desenvolvimento em relação as políticas informacionais no Brasil. Enfatiza a abrangência e a preocupação de cada PND com a questão da informação.

Palavras-chave

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

PÓS-MODERNIDADE

PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO - BRASIL

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores conquistas da humanidade foi sem sombra de dúvida, a descoberta do fogo, a sua conservação, o domínio da técnica de sua obtenção e manuseio. A partir de então, começaram a ocorrer inovações que se multiplicaram até hoje com uma rapidez inexplicável. Na verdade, desde a descoberta do fogo, nada trouxe modificações tão profunda no modo de viver, pensar e agir do homem.

Intimamente ligado às transformações e inovações ocorridas na sociedade, observamos que as necessidades do indivíduo estão sempre voltadas para a busca de saciar seus desejos, estímulos e prazeres, criando assim, um estado de realização e contentamento quando adquirem algo que satisfaça suas exigências. Dentre essas necessidades, encontramos a de INFORMAÇÃO, que no mundo atual, constitui-se em um elemento de suma importância para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, a informação conquistou a existência do homem. Ninguém mais pode viver sem informação. Ela está presente em todos os momentos da vida humana, na família, na escola, no trabalho, no lazer, enfim em todas as relações do ser humano.

Conseqüentemente, dentro deste contexto, percebemos uma ânsia incontida da sociedade no sentido de estimular preocupações e discussões, com o intuito de contextualizar o papel e os efeitos da informação no desenvolvimento científico e tecnológico.

* Profa. Do Curso de Biblioteconomia da UFC, Especialista em Sistemas de Informação Automatizados em Ciências e Tecnologia. Especialista em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares

** Bibliotecárias Especialistas em Sistemas de Informação Automatizados em Ciências e Tecnologia

Com o exame deste conjunto e dentro desta perspectiva, este trabalho está estruturado nas seguintes partes, além das inferências finais:

- a primeira traz um relato sobre a pós-modernidade e a influência da informação C&T neste contexto.
- A segunda parte focaliza a informação C&T, enfatizando o caso do Brasil.
- E, por último, apresenta a questão da informação no contexto dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) no Brasil.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PÓS-MODERNIDADE E A INFLUÊNCIA DA INFORMAÇÃO C&T NESTE CONTEXTO

A sociedade se transforma. Conseqüentemente, os valores, os interesses e as ideologias mudam. No suceder de todas essas mudanças surge um novo conceito: o pós-modernismo. Mas, o que vem a ser esse tão "polêmico" movimento? De acordo com Santos (1993, p.7) "é o nome dado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando por convenção se encerra o modernismo (1900-1950)".

O autor continua ainda o seu pensamento dizendo que "ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte pop nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica à cultura ocidental. No entanto, foi nos Estados Unidos que o pós-modernismo tomou forma, com a criação de vastas organizações como as empresas multinacionais e a comunicação em massa global.

Hoje, amadurece, alastrando-se na moda, cinema, música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia) invadindo o cotidiano, desde alimentos processados até microcomputadores, sem que ninguém saiba se é a decadência ou renascimento cultural."

Segundo **Kurth** (1993, p.12), a atual sociedade denominada sociedade pós-industrial ou sociedade da informação ou até mesmo, sociedade pós-moderna "é caracterizada pela mídia organizada empenhada no entretenimento maciço inserido numa cultura internacional usualmente popular ou baixa, como também, pela posse de armas nucleares, pela alta tecnologia, pelos empreendimentos financeiros e o gerenciamento industrial empenhados em operações multinacionais num mercado global."

Madusa apud **Botelho** (1991, p.453), "considera que a sociedade pós-moderna ocupa o espaço quaternário e que este está dividido em quatro grupos: os das indústrias da informação, das indústrias do conhecimento, das indústrias das artes e das indústrias éticas. As duas primeiras, segundo o autor, serão as principais indústrias do futuro, fazendo com que no conceito de sociedade quaternária seja necessário distinguir entre as indústrias de serviços e aquelas relacionadas com a informação de forma a se delinear um conceito claro da estrutura industrial das sociedades de informação".

Corroborando com essa afirmação, alguns autores dizem que "a competição econômico-política, entre as nações se dará daqui para frente, não mais em função primordial da tonelagem anual de matéria-prima, ou de manufaturados que possam eventualmente produzir. Dar-se-ão, sim em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria".

Com efeito, a influência que a informação está a exercer na sociedade decorre do aumento e da diversificação nas diferentes áreas do conhecimento humano e também no tocante ao setor relativo à assimilação da informação pelos técnicos-cientistas.

Neste sentido questionamos os seguintes aspectos: - Quem procura a informação? - As pessoas que a utilizam sabem determinar o seu grau de importância? Para responder a essas questões não podemos esquecer que em países desenvolvidos parece ser uma fácil tarefa, haja vista eles investirem tanto na produção de conhecimento quanto em tecnologia capazes de tratar

a informação de forma que ela possa ser armazenada, recuperada e disseminada de acordo com a necessidade do demandante, que, por sua vez, já possui uma tradição no uso da informação. Quando se trata de países pobres, a realidade é bem outra, pois sabemos que ainda não existe um hábito voltado para o tratamento e o uso adequado da informação, além da falta de conscientização por parte dos governantes.

Estas colocações são comprovadas por **Cianconi** (1991, p.207) quando diz que as "grandes mudanças sociais neste fim de século vêm sendo provocadas pelo avanço tecnológico, mas a conscientização da sociedade dos efeitos do desenvolvimento ocorre de forma lenta e as adaptações necessárias não ocorrem com o mesmo ritmo. Assim observa-se a existência de uma sociedade mais voltada para as questões dos serviços e sistemas de informação, ou seja, passamos a ver a informação como um bem econômico, e como tal, a evolução de um país, dependerá do tipo de informação que ele produz".

Portanto, o progresso científico e tecnológico é uma consequência da geração e utilização das informações por parte dos indivíduos, que sabendo utilizá-las poderão desenvolver cada vez mais melhorias para o bem estar da humanidade.

2.1 ENFOQUE REALÍSTICO SOBRE A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA COM ÊNFASE NO CASO DO BRASIL

No final da Segunda Guerra e início da chamada sociedade pós-moderna, a preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico foi intensificada. Novas formas de produção e novos produtos surgiram em escala industrial como decorrência da disputa entre os produtores e a busca de um monopólio de uma mercado inédito em termos de consumo.

Os países do Primeiro Mundo percebendo que os investimentos em ciência e tecnologia, traçavam um novo rumo para o desenvolvimento nacional, começaram a montar uma base de sustentação no sentido de efetivar este desenvolvimento. Assim, os institutos de pesquisa, laboratórios, universidades, centros de documentação existentes tiveram novo impulso, e outros foram criados, a maioria interligados numa corrente de informações e troca de experiências. conseqüentemente, o produto do trabalho, ou seja, a matéria-prima dessas instituições - conhecimento/informação - se constituiu no principal recurso das sociedades atuais.

Por outro lado, no dizer de **Goes** (1972, p.18), "a idéia de que o progresso científico e tecnológico é fator importante para o desenvolvimento econômico e social é relativamente nova. Até o início do século XX as atividades científicas eram na realidade consequência do progresso. A partir daí observamos uma inversão e a opinião unânime é que o desenvolvimento científico e tecnológico é que acarreta o progresso em todos os sentidos."

O Brasil parece já ter sido destaque no investimento de P&D conforme a **Unesco** apud **Campello** (1980, p.1020) "O único país as América Latina que possuía uma política expressa de tecnologia era o Brasil. Esta política fazia parte do PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento, elaborado para o período de 1968-70 e que propôs, de forma clara e sistemática, diretrizes para a aceleração do processo de incorporação da tecnologia à produção[...] neste sentido decorreram a reestruturação do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e a criação do FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico." De 1970/71 os pontos básicos da política científica foram esboçados pelas metas e bases para a ação do governo que para **Araújo** apud **Campello** (1980, p.1021), "parecem ter sido lançados com o mero propósito de dar tempo a elaboração do I PND."

2.2 A INFORMAÇÃO NOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (PNDS)

De uma maneira geral, para não nos distanciar da idéia central deste capítulo, podemos afirmar, em consonância com o pensamento de Araújo (1977, p.106), que nossa política tem "dois momentos: o primeiro deles representado pelos planos compreendidos entre 1953/67, que contemplam as demandas reais do modelo econômico e o segundo que parece indicar uma política orientada, de caráter global, com início em 1968". Podemos analisar esta questão com maior objetividade observando os ítems a seguir.

2.2.1 Plano de Metas

Segundo **Serra** (1981, p.77), "na década de 50 a grande preocupação nacional era fazer com que o Brasil chegasse a um estágio avançado no campo da industrialização, a fim de garantir o seu desenvolvimento. Em 1956 assume o governo Juscelino Kubitschek, com o propósito de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5. Para tanto, traçou "o plano de metas" que consistia num ajuste estrutural para concretizar os objetivos do governo.

Na tentativa de promover o desenvolvimento global do País, este plano trouxe no seu arcabouço, incentivos quanto:

- a) "a entrada do capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos;
- b) a participação direta do Estado, através de financiamentos públicos às indústrias;
- c) as inversões privadas prioritárias;
- d) ao tratamento do problema da estabilidade". **Lessa** (1981,p.60)

Convém salientar que de acordo com **Orenstein** (1989, p.171) "o governo Kubitschek caracterizou-se pelo integral comprometimento do poder público com uma explícita política de desenvolvimento. O "plano de metas" constituiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira. A economia cresceu a taxas aceleradas, com razoável estabilidade de preços e em um ambiente político aberto e democrático." Em termos práticos, podemos dizer que o plano de metas tinha como "preocupação maior", dotar o País de um parque industrial capaz de produzir o que antes era importado. Ignorou alguns fatores que seriam relevantes para manter o crescimento em níveis desejáveis para o País, como a **informação/conhecimento, a ciência e a tecnologia**.

2.2.2 I PND

A política governamental, anunciada na óptica deste plano, começou a enfatizar algumas questões em relação à educação. Apresentou projetos importantes neste setor, como o Programa Nacional do Livro; o Programa Nacional de Alfabetização; o Programa Nacional de Teleducação-Prontel etc.

Quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, o I PND impulsionou alguns projetos considerados importantes para o crescimento do País. Dentre eles, destaca-se o da proposta de criação do Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica - SNICT. Constituído em 1972 e definitivamente implantado em 1975, sua organização e implantação ficaram sob a coordenação do então Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e representava o subsistema brasileiro na UNISIST. Foi a partir de então, que se consolidou a preocupação do governo brasileiro com a informação desta natureza. Haja vista, a importância de fomentar a atividade científico-tecnológica, já que a relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento

tinha se tornado uma necessidade à nível governamental.

Ao longo dos anos, os esforços concentrados na área de C&T, haviam se limitado apenas à formação de recursos humanos e ao apoio à criação ou fortalecimento de grupos científicos. Sabemos que estas iniciativas são importantes mas, observamos que outros aspectos do desenvolvimento científico e tecnológico são necessários e tinham que ser gradativamente implementados. Ações foram apontadas no decorrer do tempo. O detalhamento da política de ciência e tecnologia, e também do setor de informação, foi estabelecido no I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT.

Com efeito a informação científica e tecnológica no Brasil, só começou a ser enfatizada a partir do I PND, quando foi criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) que tinha como objetivo definir uma estrutura política-institucional, capaz de viabilizar a política nacional de ciência e tecnologia estabelecido pelo governo federal e que pudesse ser implementada e acompanhada de forma descentralizada articulada. Considerando que o País não tinha nenhuma experiência com a questão da criação de Sistemas de Informações, e nem tão pouco conhecia a dimensão dessa problemática, não é de se estranhar as dificuldades e os percalços enfrentados na criação e implantação deste sistema.

No entanto, vários passos foram dados para a concretização do SNDCT. A necessidade e interesse em usufruir do SNDCT se tornava uma realidade. A preocupação no momento era de assegurar e garantir a sua continuidade e o seu crescimento, tanto à nível de organização, como de atuação.

Do ponto de vista de sua importância o I PND, na medida em que consolidava suas iniciativas, deixava a reboque o que havia enfatizado no princípio: "A questão da informação".

2.2.3 II PND

Ousado e de propostas semelhantes ao plano de metas, o II PND tinha intenção de fazer com que a economia nacional ganhasse dinamismo em setores estratégicos, como os de bens de capital e bens intermediários e, ainda, atender às necessidades do parque produtivo em termos de infraestrutura.

Este foi um plano destemido quanto aos seus objetivos. Porém, certas "matérias" de fundamental importância para um crescimento auto-sustentado - como a questão dos investimentos em ciência, tecnologia e educação - não foram resolvidas. Mesmo assim, o País começava a ser visto externamente como um país em franco desenvolvimento.

Neste sentido, vale salientar que apesar da ausência de iniciativas voltadas para os investimentos científicos e tecnológicos, o II PND se preocupou com uma orientação política no sentido de obter o desenvolvimento da produção em função de elevar a taxa e crescimento econômico, sem levar em consideração os objetivos de autonomia do desenvolvimento da tecnologia nacional. Em síntese, a política científica ficou dependente do desenvolvimento econômico e social. Em relação a uma política de informação, já não se falava em SNICT. Porém, continuava o discurso a respeito da informação científica e tecnológica, considerando-a elemento de apoio para a formulação das políticas e estratégias do governo.

Como vimos no item 2.2.2, a criação do SNICT foi prevista no I PND (1972-74), e segundo **Pinto** (1993, p.75) "a implantação do SNICT nunca foi consolidada. Contudo, foram implantados centros de informação de Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, do Centro Tecnológico de Minas Gerais, do Inst. Tecnológico do Estado de São Paulo e uns poucos outros". Não podemos negar que existiu, na "trajetória" do II PND uma suposta inquietação com a informação. Tanto é que o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico previu a criação de uma Rede de Informação Tecnológica e Industrial. Conforme, ainda **Pinto** (1993, p.76) esta rede foi "coordenada pela Secretaria de Tecnologia Industrial

(STI) do Ministério da Indústria e do Comércio. Na realidade, a STI só iniciou sua atuação na área de informação tecnológica e industrial a partir de 1980, através da coleta, organização e difusão de informação na área energética".

É importante ressaltar que, de fato, só a partir do II PBDCT, é que a informação foi considerada uma ferramenta de influência no processo decisório em contexto político-administrativo e técnico-científico no Brasil, posto que foi vista como elemento de apoio para a formulação das políticas e estratégias do governo.

Porém, considerando-se as afirmações acima observamos que, a informação, ou melhor a criação de uma política nacional de informação que beneficiasse algumas áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico do país, continuava a reboque da vontade político-administrativa dos dirigentes do Estado Brasileiro.

2.2.4 III PND

A partir do governo Figueiredo foi lançado o III PND que tinha como objetivo básico "a construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível. Apresenta a área de Ciência e Tecnologia como um dos temas especiais e ressalta a importância da pesquisa nesta área e sua aplicação para o desenvolvimento nacional". (Brasil 1980, p.3)

Informa Pinto (1993, p.76) que "em 1984, foi implantado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), um dos instrumentos de política nacional de ciência e tecnologia (C&T). Este programa é constituído de subprogramas coordenados pelas seguintes instituições:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Secretaria de Planejamento (CNPq/SEPLAN). Subprograma de Biotecnologia, Química e Engenharia Química, Geociência e Tecnologia Mineral, Instrumentação, Informação em Ciência e Tecnologia, Insumos Essenciais e Manutenção.

- Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior/ Ministério da Educação (CAPES/MEC). Subprograma de Educação para a Ciência/ Subprograma Formação de Recursos Humanos.

- Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI/MInC). Subprograma de Tecnologia Industrial Básica".

Apesar de o III PND e de o PADCT ressaltarem toda uma preocupação com a área de C&T e esboçarem uma sociedade livre e estável para todos os brasileiros, a curto prazo, não aludem à informação em C&T. Esta talvez esteja implícita nas orientações gerais de ação relacionadas à consistência e extensão do domínio do conhecimento científico. Presenciamos assim, a existência de mais um plano de desenvolvimento a traçar diretrizes para o crescimento de um país, fortalecendo e ampliando o domínio do conhecimento científico, especialmente através da eliminação de carências e estrangulamentos nos programas de pós-graduação e pesquisa das universidades, e tornando acessível esse conhecimento a outros níveis. Mas, sem a devida preocupação com a organização de sua informação.

2.2.5 I PND da Nova República - PND-NR. 1986/89

Este período caracterizou-se por mudanças na vida política, econômica e social do País. É com o propósito de profundas mudanças que surge o I PND-NR, cujos objetivos são retomar o conhecimento econômico com clara orientação social. " Este plano também parte da tese de

que nenhum modelo de crescimento é capaz, por si só, de erradicar a pobreza que atinge, em níveis intoleráveis, grande parcela da população brasileira [...] e de que cabe ao setor privado o papel de retomada do crescimento." (**Brasil** 1985,p.10).

Em resumo, a Nova República instalou-se numa época demarcada pela crise econômica e por inumeráveis carências sociais. "A pobreza predomina e impõe privações sociais e limitações objetivas [...] os brasileiros necessitados continuam tendo menor acesso a bens e serviços básicos de natureza social, especialmente os de saúde, saneamento e nutrição". (**Brasil** 1985,p.49).

A preocupação do governo, neste período, com a melhoria das condições de vida da população carente, fez com que o I PND-NR traçasse em suas linhas prioridades pela carência social, condicionando assim, todo um desafio para a política científica e tecnológica, incentivando programas de pesquisa para o conhecimento dos problemas e das mudanças por que passa a sociedade brasileira. Para isso, foi elaborado o Plano de Ciência e Tecnologia (PCT), que traçou, no seu contexto, dentre outros objetivos, o estímulo à demanda de tecnologias nacionais, apropriadas às necessidades do País e a reintegração da universidade brasileira no processo de solução dos grandes problemas nacionais.

É importante enfatizar que este plano, apesar de investir e valorizar a ciência e a tecnologia, emprestando-lhes o valor reclamado pelas evidências ao longo de dezenas de anos, não deu prioridade à informação, como instrumento poderoso, não só para o desenvolvimento do País, como também para a melhoria da qualidade de vida da população.

3 CONCLUSÃO

O limiar do 3º milênio está próximo e não podemos mais fingir que a pós-modernidade não nos surpreende e que desconhecemos o fato de que se alastra por todas as esferas da humanidade, acarretando mudanças radicais na sociedade.

A vida na pós-modernidade tem sido fomentada por muitos episódios como as grandes descobertas nas ciências e na tecnologia, e a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia e acelera o ritmo da vida. Com tudo isso cremos que a informação, com o seu impacto, é um fato evidente no nosso dia-a-dia.

Na realidade, podemos sintetizar que o Brasil fez várias tentativas para resolver seus problemas de informação. Tentou criar o SNICT, que, infelizmente, não prosperou. Posteriormente, criou o Ministério de Ciências e Tecnologia, com o qual não passou de anteprojeto de criação. Procurou o ressurgimento do SINDCT, o qual, é lícito dizer, não reviveu completamente.

Diante dessas considerações, sentimos que o País ainda enfrenta grandes problemas em relação à informação científica e tecnológica. A verdade é que não temos ainda uma política de IC&T e que os governos que passaram pelo poder se preocuparam quase que exclusivamente com o combate à inflação e à importação de técnica e esqueceram que, para o desenvolvimento econômico acontecer, a miséria e o caos social têm grande chance de ser eliminados quando o País decide investir na ciência, tecnologia, eficiência, informação e educação.

Para remate final desse pequeno estudo - que pode ensejar incursões mais acuradas e profundas acerca do tema - consideramos alguns pontos básicos que servem como delimitadores do problema, conforme vêm:

1. O Brasil, apesar das várias tentativas, ainda está distante da definição de uma política de IC&T.
2. O desenvolvimento científico e tecnológico, é fortemente dependente da informação, que aparece como matéria-prima indispensável para a sua concretização.
3. Urge a necessidade de que sejam realizadas, a curto prazo, estudos, análises e

pesquisas para o estabelecimento também a curto prazo, de uma política nacional de informação em C&T que possa dispor de um eficiente e eficaz sistema de tratamento, recuperação e disseminação da informação nesta área.

4. O governo deve apoiar, por intermédio do acesso a serviços de assistência técnica e cooperação, a melhoria das condições das instituições na área científica e tecnológica, fortalecendo inclusive suas estruturas organizacionais.

Estes problemas, no entanto, podiam ser resolvidos através de uma ação conjunta e consistente de apoio à melhoria de todos os elementos que operam o planejamento e a questão da política nacional de C&T.

Cabe observar que a questão da criação de uma política nacional de informação, é prioritária e que, na condição pós-moderna, como já dissemos a informação em C&T não é um problema a ser resolvido, mas desafios em série para se enfrentar. Não se trata de simples nem fácil tarefa. Nem cabe a alguém em particular, determinar o que pode ser feito. Isto é uma operação de integração de sorte que cooperar, unir esforços e trocar informações constituam ações necessárias diríamos até imprescindíveis, para que os governos passem a atentar primariamente não só para a informação científica e tecnológica, como também para a informação de um modo geral nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

THE TIME AND THE TURN OF INFORMATION? AN INSTRUMENT OF SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL DEVELOPMENT IN POST- MODERNITY

Abstract

This article deals with information as a scientific and technological instrument in the post-modern age, specifically in Brazil and presents a discussion about post-modernity and the influence of IS & T in this context. It analyses the National Plans of Development in relation to information policies in Brazil and emphasises the breadth of concern in each National Plan with the question of information.

Keywords

***SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL INFORMATION
POST-MODERNITY
NATIONAL PLANS OF DEVELOPMENT - BRAZIL***

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Tânia Mara; COSTA, Vely Maria de Souza. O espaço quaternário no setor da informação: significado e perspectivas. **R. Inf. Legisl. Brasília**, v. 28, n.112, p.457-74, out./dez. 1991.

BRASIL. Presidência da República. **I PND: I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986-1989: - Projeto Brasília. 1985.**

_____. **II PBDCT: Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. s.n.t. 217p.**

III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980-1985. Brasília: 1980.

Plano de Metas, 1956-1961. Brasília, s.d.

CAMPELLO, Bernadeth Santos et al. A informação no contexto da política científica nacional. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1. Salvador, 1980. **Anais...** Salvador: FEBAB, 1980.

CIANCONI, Regina de Barros. Gerência de informação: mudança nos perfis profissionais. **Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.204-209, jul./ dez. 1991.

CUNHA, M. B. O controle bibliográfico da literatura científica e tecnológica no Brasil. **R. Esc. de Biblioteconomia. UFMG**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.26-44, mar. 1977.

GOES, P. Criação de potencial científico nacional. In: SOUZA, H. G. de, et al. **Política Científica**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.17-32.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e projetos**. Rio de Janeiro: APEC, 1983.

KURTH, James. Em direção ao mundo pós-moderno. **Diálogo**. Rio de Janeiro, v.26, n.3, 1993.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MIRANDA, Antônio. **Diretrizes para uma política nacional de informação**. Brasília: CAPES/MEC, 1979.

MONTE-MOR. Controle bibliográfico nacional. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, v.10, n. 1, p.1-12, mar. 1981.

PINTO, Virgínia Bentes. **Informação para a indústria: a experiência do NRI-CE**. Belo Horizonte: UFMG, 1992. Tese apresentada para obtenção do grau de mestre.

SANTOS, Jair Ferreira. **O que é pós-modernismo?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, 1981.v.1.